

# **Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.**

Informações Contábeis Intermediárias  
Referentes ao Trimestre e Período de Nove  
Meses Findos em 30 de Setembro de 2012 e  
Relatório sobre a Revisão de Informações  
Trimestrais

## Sumário

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS .....	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO .....	8
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE .....	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	11
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....	12
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO .....	13
1. INFORMAÇÕES GERAIS .....	17
1.1. Medida Provisória 579/2012 .....	17
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR .....	17
3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS .....	18
4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO .....	18
4.1. Fatores de risco financeiro .....	18
4.1.1. Risco de mercado .....	18
4.1.2. Risco de crédito .....	19
4.1.3. Risco de liquidez .....	19
4.1.4. Risco de aceleração de dívidas .....	19
4.1.5. Risco hidrológico .....	19
4.1.6. Risco de regulação .....	20
4.1.7. Risco ambiental .....	20
4.1.8. Análise da sensibilidade .....	20
4.2. Gestão de capital .....	21
4.3. Estimativa do valor justo .....	21
5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS .....	21
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	22
7. CLIENTES .....	22
8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES .....	23
8.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos .....	24
8.2. Benefício fiscal – Ágio incorporado .....	24
8.3. Demonstrações da apuração do imposto de renda e contribuição social .....	24
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS .....	25
10. ATIVO IMOBILIZADO .....	26
10.1. Expansão 15% .....	27
11. INTANGÍVEL .....	27
12. FORNECEDORES .....	28
13. PARTES RELACIONADAS .....	28
13.1. Transações e saldos .....	28
13.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração .....	29
14. DEBÊNTURES .....	29
14.1. Composição e vencimento das debêntures .....	29
14.2. Terceira emissão de debêntures .....	30
15. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA .....	31
16. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA .....	31
17. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS .....	31
17.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais .....	32
17.2. Contingências possíveis .....	34
18. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS .....	35
19. ENCARGOS SETORIAIS .....	35
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	36

20.1. Capital social.....	36
20.2. Reservas de capital.....	37
20.3. Reservas de lucros .....	37
20.4. Lucros acumulados .....	37
20.5. Ajustes de avaliação patrimonial .....	38
20.6. Dividendos e Juros sobre capital próprio – JSCP.....	38
20.7. Pagamento baseado em ações .....	39
21. RECEITA LÍQUIDA .....	39
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	40
23. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA E COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE.....	41
23.1. Energia elétrica vendida.....	41
23.2. Energia elétrica comprada para revenda.....	42
23.3. Encargos de uso da rede elétrica .....	42
24. RESULTADO FINANCEIRO.....	43
25. LUCRO POR AÇÃO.....	43
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	44
27. SEGUROS .....	44
28. EVENTO SUBSEQUENTE .....	45
28.1. Dividendos.....	45
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO.....	46

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.  
São Paulo – SP

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

## Outros assuntos

### *Demonstrações do valor adicionado*

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente, e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

### *Revisão das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2011 e auditoria das informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011*

As informações e os valores correspondentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 4 de novembro de 2011, o qual não conteve nenhuma modificação. As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 26 de março de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 12 de novembro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian  
Contadora  
CRC nº 1 SP 121517/O-3

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011**  
(Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<u>Nota</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	232.759	210.371
Clientes	7	114.731	111.710
Tributos a recuperar	8	6.242	22.223
Serviços em curso		8.729	5.203
Despesas antecipadas		1.365	343
Devedores diversos		1.243	259
Partes relacionadas	13	409	847
Outros ativos		98	137
		<b>365.576</b>	<b>351.093</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a Longo Prazo			
Tributos a recuperar	8	318	398
Depósitos judiciais	9	11.013	10.897
Fundos vinculados		461	420
Despesas antecipadas		4.188	4.426
		<b>15.980</b>	<b>16.141</b>
Investimentos		26	26
Imobilizado	10	3.848.571	4.005.482
Intangível	11	35.599	37.726
		<b>3.900.176</b>	<b>4.059.375</b>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>4.265.752</u></b>	<b><u>4.410.468</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011**  
(Em milhares de reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota</b>	<b>30/09/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	12	17.151	20.739
Salários e encargos sociais		8.543	9.254
Debêntures	14	271.023	90.156
Impostos, taxas e contribuições	8	22.138	23.077
Dividendos e juros sobre capital próprio	20.6	1.075	183.119
Obrigações estimadas		8.093	5.118
Cibacap	15	2.365	3.521
Encargos setoriais	19	18.127	16.211
Outros passivos		727	203
		<b>349.242</b>	<b>351.398</b>
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	14	651.521	721.094
Receitas diferidas		4.295	-
Obrigações especiais	18	6.950	7.047
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	17	18.517	18.239
Cibacap	15	7.795	8.432
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	441.044	465.078
Tarifa de uso do sistema de distribuição - Tusd-g	12	2.841	-
Encargos setoriais	19	14.970	13.590
Outros passivos		325	325
		<b>1.148.258</b>	<b>1.233.805</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	20.1	1.339.138	1.639.138
Reservas de capital	20.2	99.431	99.330
Reserva de lucros	20.3	71.863	71.863
Lucros acumulados	20.4	298.475	-
Ajustes de avaliação patrimonial	20.5	959.345	1.014.934
		<b>2.768.252</b>	<b>2.825.265</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>4.265.752</b>	<b>4.410.468</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012	01/07/2011 a 30/09/2011	01/01/2011 a 30/09/2011
<b>Receita líquida</b>	21	<b>270.965</b>	<b>834.006</b>	<b>241.801</b>	<b>701.342</b>
<b>(Despesas)/receitas operacionais</b>					
Pessoal		(16.582)	(47.026)	(14.281)	(40.571)
Material		(1.073)	(2.786)	(1.055)	(2.638)
Serviços de terceiros		(11.036)	(29.889)	(8.829)	(25.139)
Taxa de fiscalização da Aneel		(1.118)	(3.356)	(1.074)	(3.223)
Energia comprada para revenda	23.2	(5.947)	(14.146)	(301)	(1.257)
Encargos de uso da rede elétrica	23.3	(20.832)	(61.907)	(20.706)	(56.995)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(16.352)	(44.452)	(13.258)	(38.500)
Depreciação e amortização	10 e 11	(55.639)	(167.199)	(57.687)	(173.106)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		(1.921)	(1.857)	(7.431)	(10.216)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(722)	3.888	(44)	(2.907)
Arrendamentos e aluguéis		(871)	(2.615)	(830)	(2.397)
Seguros		(945)	(2.778)	(643)	(1.927)
Outras		(2.878)	(6.765)	(2.634)	(6.421)
	<b>22</b>	<b>(135.916)</b>	<b>(380.888)</b>	<b>(128.773)</b>	<b>(365.297)</b>
<b>Lucro operacional</b>		<b>135.049</b>	<b>453.118</b>	<b>113.028</b>	<b>336.045</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas	24	10.144	35.875	10.279	30.421
Despesas	24	(46.604)	(116.237)	(28.740)	(101.571)
		<b>(36.460)</b>	<b>(80.362)</b>	<b>(18.461)</b>	<b>(71.150)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>98.589</b>	<b>372.756</b>	<b>94.567</b>	<b>264.895</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	8.3	(43.105)	(148.289)	(42.690)	(114.404)
Diferido	8.3	9.484	22.125	9.846	24.593
		<b>(33.621)</b>	<b>(126.164)</b>	<b>(32.844)</b>	<b>(89.811)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>64.968</b>	<b>246.592</b>	<b>61.723</b>	<b>175.084</b>
<b>Lucro por ação de operações continuadas (em R\$ por ação)</b>					
Básico / diluído por ação PN	25	0,68797	2,61128	0,65363	1,85407
Básico / diluído por ação ON	25	0,68797	2,61128	0,65360	1,85404

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>01/07/2012 a</u> <u>30/09/2012</u>	<u>01/01/2012 a</u> <u>30/09/2012</u>	<u>01/07/2011 a</u> <u>30/09/2011</u>	<u>01/01/2011 a</u> <u>30/09/2011</u>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>64.968</b>	<b>246.592</b>	<b>61.723</b>	<b>175.084</b>
Perdas atuariais com plano de pensão de benefício definido	(1.881)	(5.615)	(1.217)	(3.630)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre perdas atuariais	639	1.909	414	1.234
	<u>(1.242)</u>	<u>(3.706)</u>	<u>(803)</u>	<u>(2.396)</u>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b><u>63.726</u></b>	<b><u>242.886</u></b>	<b><u>60.920</u></b>	<b><u>172.688</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011**  
(Em milhares de reais)

	Reservas			Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial (vide Nota 20.5)	Total
	Capital social	Capital	Lucros			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>1.639.138</b>	<b>99.330</b>	<b>71.863</b>	<b>-</b>	<b>1.014.934</b>	<b>2.825.265</b>
Resultado abrangente do período						
Lucro líquido do período	-	-	-	246.592	-	246.592
Plano de pensão e aposentadoria	-	-	-	-	(5.615)	(5.615)
Imposto diferido sobre plano de pensão	-	-	-	-	1.909	1.909
	-	-	-	<b>246.592</b>	<b>(3.706)</b>	<b>242.886</b>
Contribuições e distribuições aos acionistas						
Redução de capital	(300.000)	-	-	-	-	(300.000)
Pagamento baseado em ações	-	101	-	-	-	101
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	78.611	(78.611)	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(26.728)	26.728	-
	<b>(300.000)</b>	<b>101</b>	<b>-</b>	<b>51.883</b>	<b>(51.883)</b>	<b>(299.899)</b>
<b>Saldos em 30 de setembro de 2012</b>	<b>1.339.138</b>	<b>99.431</b>	<b>71.863</b>	<b>298.475</b>	<b>959.345</b>	<b>2.768.252</b>

	Reservas			Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
	Capital social	Capital	Lucros			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2011</b>	<b>1.999.138</b>	<b>99.133</b>	<b>63.401</b>	<b>-</b>	<b>1.092.135</b>	<b>3.253.807</b>
Resultado abrangente do período						
Lucro líquido do período	-	-	-	175.084	-	175.084
Plano de pensão e aposentadoria	-	-	-	-	(3.630)	(3.630)
Imposto diferido sobre plano de pensão	-	-	-	-	1.234	1.234
	-	-	-	<b>175.084</b>	<b>(2.396)</b>	<b>172.688</b>
Contribuições e distribuições aos acionistas						
Redução de capital	(360.000)	-	-	-	-	(360.000)
Distribuição de reservas de capital	-	-	(5.601)	-	-	(5.601)
Pagamento baseado em ações	-	197	-	-	-	197
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	83.525	(83.525)	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(28.399)	28.399	-
	<b>(360.000)</b>	<b>197</b>	<b>(5.601)</b>	<b>55.126</b>	<b>(55.126)</b>	<b>(365.404)</b>
<b>Saldos em 30 de setembro de 2011</b>	<b>1.639.138</b>	<b>99.330</b>	<b>57.800</b>	<b>230.210</b>	<b>1.034.613</b>	<b>3.061.091</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011**  
(Em milhares de reais)

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do período	246.592	175.084
<b>Ajustes:</b>		
Depreciação e amortização	167.199	173.106
Baixas do ativo imobilizado	1.903	1.268
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(22.125)	(24.593)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.888)	2.907
Provisão de juros sobre debêntures	70.380	65.777
Variação monetária sobre debêntures	39.716	26.794
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	1.857	10.216
Var. monet. s/provisão p/riscos fiscais, trabalh. e ambientais	673	115
Pagamento baseado em ações	101	197
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Clientes	867	(8.726)
Devedores diversos	(984)	(972)
Partes relacionadas	438	(99)
Depósitos judiciais	(720)	(5.712)
Serviços em curso	(3.526)	(207)
Fundos vinculados	(41)	(34)
Despesas antecipadas	(784)	(522)
Fornecedores	(747)	(26.170)
Salários e encargos sociais	(711)	(2.596)
Impostos, taxas e contribuições	144.265	105.290
Obrigações estimadas	2.975	(196)
Receita diferida	4.295	-
Cibacap	(1.793)	(1.976)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(1.648)	(991)
Outras variações ativas e passivas	161	(1.712)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>644.455</b>	<b>486.248</b>
Juros pagos sobre debêntures	(86.362)	(84.078)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(116.441)	(97.204)
<b>Caixa líquido gerado das atividades operacionais</b>	<b>441.652</b>	<b>304.966</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições no ativo imobilizado	(9.483)	(10.989)
Adições no ativo intangível	(686)	(764)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(10.169)</b>	<b>(11.753)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Valor recebido pela emissão de debêntures	150.000	-
Pagamento de debêntures	(62.440)	(62.440)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(196.655)	(141.248)
Redução de capital	(300.000)	(360.000)
<b>Caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(409.095)</b>	<b>(563.688)</b>
<b>Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>22.388</b>	<b>(270.475)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	210.371	495.772
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	232.759	225.297

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011**  
(Em milhares de reais)

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
<b>Geração do valor adicionado</b>		
Receita de vendas	919.924	779.593
Outras receitas	42	35
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>3.888</u>	<u>(2.907)</u>
	<b>923.854</b>	<b>776.721</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais e serviços de terceiros	(32.675)	(27.777)
Energia comprada e encargos de uso da rede	(76.053)	(58.252)
Outros custos operacionais	<u>(10.382)</u>	<u>(17.484)</u>
	<b>(119.110)</b>	<b>(103.513)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>804.744</b>	<b>673.208</b>
Depreciação e amortização	(167.199)	(173.106)
Ajustes de avaliação patrimonial	<u>51.883</u>	<u>55.126</u>
<b>Valor adicionado líquido gerado</b>	<b>689.428</b>	<b>555.228</b>
Receitas financeiras	35.875	30.421
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>725.303</b>	<b>585.649</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	24.153	20.889
Benefícios	5.338	5.185
FGTS	2.460	2.026
Provisão para gratificação (bônus)	4.825	3.978
Participação nos resultados	2.525	2.023
Encargos sociais (exceto INSS)	<u>2.137</u>	<u>1.816</u>
	<b>41.438</b>	<b>35.917</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais	262.896	208.915
Estaduais	<u>3.642</u>	<u>6.638</u>
	<b>266.538</b>	<b>215.553</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Aluguéis	2.615	2.397
Juros sobre debêntures	70.380	65.777
Varição monetária sobre debêntures	39.716	27.632
Outras despesas financeiras	<u>6.141</u>	<u>8.162</u>
	<b>118.852</b>	<b>103.968</b>
<b>Outros</b>		
Lucros retidos	<u>298.475</u>	<u>230.211</u>
	<b>298.475</b>	<b>230.211</b>
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>725.303</b>	<b>585.649</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**  
**PERÍODOS DE 1º DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Principais indicadores**

	<b>3T2012</b>	<b>3T2011</b>	<b>% Var.</b>
<b>Indicadores econômicos</b>			
Receita operacional bruta	299.526	267.575	11,9
(-) Deduções à receita operacional	(28.561)	(25.774)	10,8
Receita operacional líquida	270.965	241.801	12,1
(-) Despesas operacionais	(135.916)	(128.773)	5,5
Lucro operacional	135.049	113.028	19,5
Ebitda	190.688	170.715	11,7
<i>Margem Ebitda - %</i>	<i>70,4%</i>	<i>70,6%</i>	-
Resultado financeiro	(36.460)	(18.461)	97,5
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	98.589	94.567	4,3
Lucro líquido do período	64.968	61.723	5,3
<i>Margem líquida - %</i>	<i>24,0%</i>	<i>25,5%</i>	-
<b>Indicadores financeiros</b>			
Ativos totais	4.265.752	4.452.250	-4,2
Dívidas em moeda nacional	922.544	783.240	17,8
Patrimônio líquido	2.768.252	3.061.091	-9,6
<b>Ações</b>			
Ações em circulação (em milhares de ações)	94.433	94.433	-
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	687,98	653,62	5,3

**Receita operacional bruta**

A receita operacional bruta apresentou crescimento de R\$ 31.951 ou 11,9% de acréscimo no trimestre em comparação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho reflete os melhores preços nos contratos bilaterais, leilões e no mercado *Spot*, além de maior volume de venda nos contratos bilaterais, compensados parcialmente pelo menor volume de venda no mercado *Spot*.

**Deduções à receita operacional**

As deduções à receita operacional apresentaram aumento de R\$ 2.787 ou 10,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal crescimento acompanhou a variação positiva da receita operacional bruta.

**Receita operacional líquida**

Em função dos fatores descritos acima, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 270.965 no trimestre, 12,1% superior ao mesmo período do ano anterior.

## Despesas Operacionais

	3T2012	3T2011	% Var.
Pessoal	(16.582)	(14.281)	16,1
Material	(1.073)	(1.055)	1,7
Serviços de terceiros	(11.036)	(8.829)	25,0
Taxa de fiscalização da Aneel	(1.118)	(1.074)	4,1
Energia comprada para revenda	(5.947)	(301)	1.875,7
Encargos de uso da rede elétrica	(20.832)	(20.706)	0,6
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(16.352)	(13.258)	23,3
Depreciação e amortização	(55.639)	(57.687)	-3,6
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(1.921)	(7.431)	-74,1
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	(722)	(44)	1.540,9
Arrendamento e aluguéis	(871)	(830)	4,9
Seguros	(945)	(643)	47,0
Outras	(2.878)	(2.634)	9,3
	<b>(135.916)</b>	<b>(128.773)</b>	<b>5,5</b>

As despesas operacionais totalizaram R\$ 135.916 no trimestre, 5,5% superior aos R\$ 128.773 registrados no mesmo período do ano anterior.

Listamos a seguir os principais fatores que impactaram nas despesas operacionais:

- Pessoal – Aumento de R\$ 2.301 no trimestre, ou 16,1% superior ao mesmo período do ano anterior devido, principalmente, ao aumento do quadro funcional e reajuste salarial de 6,5%;
- Serviços de terceiros – O aumento de R\$ 2.207, ou 25,0% superior ao mesmo trimestre do ano anterior deve-se, principalmente, à variação nas despesas de manutenção e conservação no terceiro trimestre de 2012 no montante de R\$ 1.732 e maiores despesas com prestação de serviços técnicos operacionais, no montante de R\$ 519;
- Energia elétrica comprada para revenda – Aumento de R\$ 5.646 no período referente compra de energia elétrica em decorrência da adequação do lastro durante o ano de 2012;
- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos – O aumento de R\$ 3.094, ou 23,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior deve-se ao maior volume gerado no trimestre que foi de 3.324.510 MWh, 15,7% superior aos 2.873.926 MWh gerados no mesmo período de 2011. Houve ainda reajuste de 6,6% na Tarifa Atualizada de Referência (TAR), que passou de R\$ 68,34/MWh para R\$ 72,87/MWh a partir de 1º de janeiro de 2012 e;
- Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais – Variação positiva de R\$ 5.510 em decorrência, principalmente, de contingências fiscais referentes a Cide e IRRF no montante de R\$ 1.351 no terceiro trimestre, ante contingência fiscal de crédito de COFINS no mesmo período do ano anterior no montante de R\$ 7.096.

## Ebitda e margem Ebitda

	3T2012	3T2011	% Var.
Lucro líquido	64.968	61.723	5,3
Imposto de renda e contribuição social	33.621	32.844	2,4
Resultado financeiro (líquido)	36.460	18.461	97,5
Depreciação e amortização	55.639	57.687	-3,6
<b>Ebitda (R\$ mil)</b>	<b>190.688</b>	<b>170.715</b>	<b>11,7</b>
<i>Margem Ebitda</i>	<i>70,4%</i>	<i>70,6%</i>	

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado como o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições do Ofício Circular CVM nº 01/2008. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez. A administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Ao fazer tais comparações, entretanto, deve-se ter em mente que o Ebitda não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e que pode ser calculado de forma diferente por diferentes companhias.

O Ebitda da Companhia apresentou crescimento de 11,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente, em decorrência do aumento na receita operacional líquida no período.

## Resultado financeiro

	3T2012	3T2011	% Var.
Receitas financeiras	10.144	10.279	-1,3
Despesas financeiras	(46.604)	(28.740)	62,2
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(36.460)</b>	<b>(18.461)</b>	<b>97,5</b>

O resultado financeiro líquido aumentou em R\$ 17.999, ou 97,5% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior. Houve acréscimo de 62,2% nas despesas financeiras devido, principalmente, ao efeito do aumento do Índice Geral de Preços (IGP-M) no trimestre, de 3,78% ante 0,97% do mesmo período do ano anterior. O IGP-M remunera aproximadamente 64,6% da dívida da Companhia.

## Debêntures

Perfil da dívida	Série	Moeda	Remuneração	Vencimento	3T2012	3T2011	
Debêntures	1ª emissão	Série 1	Reais	Varição CDI + 2,15% a.a.	15/09/2013	62.029	124.540
Debêntures	1ª emissão	Série 2	Reais	Varição IPCA + 11,6% a.a.	15/09/2015	112.329	106.756
Debêntures	2ª emissão	Série única	Reais	Varição IGP-M + 8,59% a.a.	16/07/2015	596.037	551.944
Debêntures	3ª emissão	Série única	Reais	Varição CDI + 1,15% a.a.	10/01/2017	152.149	-
					<b>922.544</b>	<b>783.240</b>	

O montante de debêntures da Companhia no trimestre é de R\$ 922.544, superior em 17,8%, em comparação aos R\$ 783.240 do mesmo período do ano anterior, principalmente em decorrência da nova captação no valor de R\$ 150.000 em janeiro de 2012.

### Dívida financeira líquida

A dívida financeira líquida, representada por debêntures, deduzidos os recursos de caixa e equivalentes de caixa, totalizou R\$ 689.785, 23,6% superior aos R\$ 557.943 do mesmo período no ano anterior, em decorrência, principalmente, da terceira emissão de debêntures, compensada parcialmente pelo maior volume de geração de caixa.

	<b>3T2012</b>	<b>3T2011</b>	<b>% Var.</b>
Debêntures	922.544	783.240	17,8
Caixa	(232.759)	(225.297)	3,3
<b>Dívida financeira líquida</b>	<b>689.785</b>	<b>557.943</b>	<b>23,6</b>

### Lucro líquido

Em função dos itens supra mencionados, a Companhia registrou no terceiro trimestre de 2012, lucro líquido de R\$ 64.968, resultado superior em 5,3% aos R\$ 61.723 registrados no mesmo período do ano anterior.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS  
INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR EM 30 DE SETEMBRO DE 2012**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME.

A capacidade instalada da Companhia é de 2.241 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: UHE Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de novembro de 2012.

### **1.1. Medida Provisória 579/2012**

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal promulgou a Medida Provisória nº 579 que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; a redução dos encargos setoriais e a modicidade tarifária, permitindo às companhias com concessões vincendas entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar a renovação dos contratos mediante condições específicas.

A Administração entende que esta Medida Provisória não impacta diretamente a Companhia e acompanhará as discussões e procedimentos posteriores, no intuito de divulgar possíveis novas informações relevantes que possam impactar a Companhia.

## **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR**

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações trimestrais foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário.

A Companhia declara que a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.1 a 2.18 daquelas demonstrações financeiras.

### **3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS**

A Companhia declara que as informações sobre estimativas e julgamentos contábeis críticos descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações nas notas explicativas 3.1 e 3.2.

### **4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

#### **4.1. Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A gestão de risco visa identificar, avaliar e proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

#### **4.1.1. Risco de mercado**

##### **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

Com exceção de Caixa e Equivalentes de Caixa, a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, portanto, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de debêntures de longo prazo. As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

A primeira emissão de debêntures da Companhia tem encargos financeiros correspondentes à variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI + 2,15% a.a. e variação do Índice de Preço ao Consumidor – IPCA + 11,60% a.a. (série 1 e série 2 respectivamente), a segunda emissão de debêntures tem encargos financeiros correspondentes à variação do Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M + 8,59% a.a. e a terceira emissão de debêntures tem encargos financeiros correspondentes à variação do CDI + 1,15% a.a. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices de preços. O impacto causado pela variação do CDI, IPCA e IGP-M sobre as debêntures é minimizado pelo aumento dos preços nos contratos bilaterais e de leilão que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

#### **4.1.2. Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A" (vide Nota 5). No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Nos contratos fechados com as distribuidoras através de leilão público, a Companhia procura minimizar os riscos de crédito com o uso de mecanismos de garantia envolvendo os recebimentos das distribuidoras. Os contratos de leilão têm linguagem padronizada e outros tipos de suportes de créditos podem ser fornecidos por iniciativa do comprador, como garantia bancária e cessão do Certificado de Depósito Bancário – CDB. A maioria das distribuidoras tem fornecido os suportes de crédito baseado em seus recebíveis.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia serão liquidadas no âmbito da CCEE. A Companhia possui volumes contratados adequados (vide Nota 23.1).

#### **4.1.3. Risco de liquidez**

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do grupo, cumprimento de cláusulas (“*covenants*”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

#### **4.1.4. Risco de aceleração de dívidas**

A Companhia tem debêntures, com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide Nota 14).

#### **4.1.5. Risco hidrológico**

Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional – SIN é atendido por 85% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

#### 4.1.6. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### 4.1.7. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar suas usinas em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança – MASS para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia.

#### 4.1.8. Análise da sensibilidade

Nos termos da Instrução CVM nº 684/2012, a Companhia, em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos exclusivamente por debêntures, ao qual a companhia está exposta na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável para os próximos 12 meses foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 30 de setembro de 2012 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Focus Banco Central do Brasil) e a análise de sensibilidade considerou ainda outros dois cenários, com variações de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável. Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia para os três cenários estimados para os próximos 12 meses:

Risco de variação dos índices flutuantes		30/09/2012	Cenário Δ Provável	Cenário Δ 25%	Cenário Δ 50%
<b>Debêntures</b>					
IGP-M	Alta do IGP-M	596.037	4.901	7.481	13.479
IPCA	Alta do IPCA	112.329	197	701	2.164
CDI	Alta do CDI	214.178	(6.425)	2.867	5.651
		<b>922.544</b>	<b>(1.327)</b>	<b>11.049</b>	<b>21.294</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>					
CDI	Baixa do CDI	232.759	23.069	17.302	11.534
<b>Projeção</b>					
Variação dos índices	01/10/2011 à 30/09/2012	próximos 12 meses	Cenário Δ Provável	Cenário Δ 25%	Cenário Δ 50%
<b>Debêntures</b>					
IGPM	8,07%	5,46%	-2,61%	6,82%	8,18%
IPCA	5,16%	5,60%	0,44%	6,99%	8,39%
CDI	9,52%	8,00%	-1,52%	10,00%	12,00%
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>					
CDI	9,52%	8,00%	-1,52%	6,00%	4,00%

#### 4.2. Gestão de capital

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Total das debêntures	922.544	811.250
Caixa e equivalentes de caixa	(232.759)	(210.371)
<b>Dívida líquida</b>	<b>689.785</b>	<b>600.879</b>
Total do patrimônio líquido	2.768.252	2.825.265
<b>Total do capital</b>	<b>3.458.037</b>	<b>3.426.144</b>
<b>Índice de alavancagem financeira (%)</b>	<b>19,9</b>	<b>17,5</b>

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos ou devolver capital aos acionistas.

O índice de alavancagem financeira é obtido pela fração da dívida líquida pelo total do capital.

#### 4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores e as contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual.

### 5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes (vide Notas 6 e 7):

Caixa e equivalentes de caixa	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<b>Standard &amp; Poor's</b>		
A-3	145.691	163.129
A-2	79.324	3.955
A-1	7.739	8
<b>Moody's</b>		
BR-1	5	43.279
<b>Total</b>	<u><b>232.759</b></u>	<u><b>210.371</b></u>

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e bancos	1.216	1.296
Aplicações financeiras		
Certificado de depósito bancário - CDB	231.444	204.226
Fundo renda fixa	99	4.849
	<u><b>232.759</b></u>	<u><b>210.371</b></u>

Vide comentários adicionais na Nota 6 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

## 7. CLIENTES

<b>Circulante</b>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Clientes de contratos bilaterais	60.712	66.177
Clientes de contratos de leilão	45.298	44.708
Energia de curto prazo (MRE/Spot)	12.896	11.455
	<u><b>118.906</b></u>	<u><b>122.340</b></u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.175)	(10.630)
	<u><b>114.731</b></u>	<u><b>111.710</b></u>

### Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Saldo em 1º de janeiro de 2012	<u>(10.630)</u>
Provisões no período	(4.111)
Reversões no período	10.566
Saldo em 30 de setembro de 2012	<u><b>(4.175)</b></u>

### Composição do contas a receber:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
A vencer	114.731	110.712
Vencidas		
Até 30 dias	287	1.026
De 31 dias a 60 dias	951	573
De 61 dias a 90 dias	-	418
Mais de 90 dias	2.937	9.611
	<u>4.175</u>	<u>11.628</u>
	<u>118.906</u>	<u>122.340</u>

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia apresenta o montante de R\$ 4.175 (R\$ 11.628 em 31 de dezembro de 2011) nas contas a receber de clientes vencidas. No segundo trimestre de 2012, a Companhia negociou e recuperou parcialmente os valores faturados que estavam vencidos. Dessa forma, a provisão para créditos de liquidação duvidosa correspondente a esses valores recuperados foi revertida.

Vide comentários adicionais na Nota 7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

### 8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>30/09/2012</u>		<u>31/12/2011</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
<b>Ativo</b>				
IRPJ e CSLL a recuperar	5.917	-	21.853	-
PIS e COFINS a recuperar	244	-	276	-
ICMS a recuperar	21	318	34	398
ISS	21	-	21	-
INSS	39	-	39	-
	<u>6.242</u>	<u>318</u>	<u>22.223</u>	<u>398</u>
<b>Passivo</b>				
IRPJ e CSLL	13.375	-	-	-
PIS e COFINS	8.205	-	7.877	-
ICMS	407	-	472	-
IRRF sobre JSCP	-	-	14.611	-
Outros	151	-	117	-
	<u>22.138</u>	<u>-</u>	<u>23.077</u>	<u>-</u>
<b>Ativo de imposto diferido</b>				
Diferenças temporárias	-	(9.278)	-	(11.646)
Benefício fiscal	-	(42.426)	-	(46.120)
<b>Passivo de imposto diferido</b>				
Ajuste de avaliação patrimonial	-	492.748	-	522.844
<b>Passivo de imposto diferido (líquido)</b>	<u>-</u>	<u>441.044</u>	<u>-</u>	<u>465.078</u>

### 8.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia efetuou provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganho de avaliação patrimonial do plano de pensão e aposentadoria no montante de R\$ 1.909 (R\$ 1.234 em 30 de setembro de 2011).

Em 30 de setembro de 2012, as diferenças intertemporais representadas por despesas dedutíveis no futuro, apresentam o montante de R\$ 27.289 (R\$ 34.254 em 31 de dezembro de 2011). A realização do imposto de renda e contribuição social ocorrerá na medida em que tais valores sejam oferecidos à tributação.

Vide comentários adicionais na Nota 8.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

### 8.2. Benefício fiscal – Ágio incorporado

			<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	<u>Ágio</u>	<u>Provisão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(180.612)	119.200	(61.412)	(57.718)
<b>Saldos no final do período</b>	<b><u>124.794</u></b>	<b><u>(82.368)</u></b>	<b><u>42.426</u></b>	<b><u>46.120</u></b>

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Amortização do ágio	(10.866)	(11.411)
Reversão da provisão	7.172	7.531
Benefício fiscal	3.694	3.880
<b>Efeito líquido no período</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>

A seguir, realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste.

	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016 em diante</u>	<u>Total</u>
Realização estimada	1.232	4.676	4.334	4.002	28.182	42.426

### 8.3. Demonstrações da apuração do imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	30/09/2012		30/09/2011	
	Imposto Renda	Contrib. Social	Imposto Renda	Contrib. Social
<b>Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>372.756</b>	<b>372.756</b>	<b>264.895</b>	<b>264.895</b>
Ajustes decorrentes do RTT	83.007	83.007	83.723	83.723
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL e após ajuste do RTT</b>	<b>455.763</b>	<b>455.763</b>	<b>348.618</b>	<b>348.618</b>
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	25%	9%
<b>IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação</b>	<b>113.923</b>	<b>41.019</b>	<b>87.137</b>	<b>31.376</b>
<b>Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva</b>				
Amortização encargo credor inflacionário	(1.677)	56	(1.832)	59
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa) / Reversão de provisão	(1.613)	(581)	309	111
Benefício fiscal - ágio incorporado (Res. Aneel nº 02/02)	(2.716)	(978)	(2.853)	(1.027)
Despesas indedutíveis	1.300	393	2.019	628
Outros	(155)	(46)	(284)	(91)
<b>IRPJ e CSLL correntes</b>	<b>109.062</b>	<b>39.863</b>	<b>84.496</b>	<b>31.056</b>
Lei Rouanet e Fundo da Criança	(636)	-	(1.148)	-
<b>Total IRPJ e CSLL correntes com efeito no resultado</b>	<b>108.426</b>	<b>39.863</b>	<b>83.348</b>	<b>31.056</b>
<b>Base de cálculo tributável das diferenças temporárias no resultado</b>	<b>(65.073)</b>	<b>(65.073)</b>	<b>(72.333)</b>	<b>(72.333)</b>
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
<b>IRPJ e CSLL diferidos com efeito no resultado</b>	<b>(16.268)</b>	<b>(5.857)</b>	<b>(18.084)</b>	<b>(6.509)</b>
<b>Base de cálculo tributável das diferenças tributárias no patrimônio líquido</b>	<b>(5.615)</b>	<b>(5.615)</b>	<b>(3.629)</b>	<b>(3.629)</b>
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
<b>IRPJ e CSLL diferidos com efeito no patrimônio líquido</b>	<b>(1.404)</b>	<b>(505)</b>	<b>(907)</b>	<b>(327)</b>

Em 30 de setembro de 2012, os valores de IRPJ e CSLL corrente e diferido totalizaram R\$ 148.289 e R\$ 22.125 respectivamente (R\$ 114.404 e R\$ 24.593 respectivamente no mesmo período do ano anterior).

Vide comentários adicionais na Nota 8.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

## 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	30/09/2012	31/12/2011
Ambiental	2.886	2.752
Fiscal:		
IPTU (Município de Primeiro de Maio)	1.188	1.134
Multa de mora sobre IRRF, IRPJ e CSLL	841	800
ISS (Município de Sandovalina)	95	-
Multa de mora sobre PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IOF	6.003	5.632
Cide	-	579
	<b>11.013</b>	<b>10.897</b>

Em Setembro de 2012, o depósito judicial referente à Cide, cujo montante em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 604 (R\$ 579 em 31 de dezembro de 2011), foi reclassificado para o passivo não circulante na rubrica "Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais" e é apresentado líquido da contingência constituída (vide Nota 17.1).

Vide comentários adicionais na Nota 9 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

## 10. ATIVO IMOBILIZADO

### a) Composição

	30/09/2012		31/12/2011		Taxa média anual de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
<b>Em serviço</b>					
Terrenos	210.997	-	210.997	210.997	-
Reservatórios, barragens e adutoras	3.444.206	(578.141)	2.866.065	3.027.258	4,4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	466.157	(121.596)	344.561	361.393	4,2%
Máquinas e equipamentos	773.425	(164.045)	609.380	579.587	5,5%
Veículos	5.218	(2.197)	3.021	2.544	19,2%
Móveis e utensílios	1.732	(1.095)	637	4.394	5,5%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	
	<b>4.701.060</b>	<b>(867.074)</b>	<b>3.833.986</b>	<b>3.985.498</b>	
<b>Em curso</b>					
Reservatórios, barragens e adutoras	489	-	489	145	
Edificações, obras civis e benfeitorias	139	-	139	-	
Máquinas e equipamentos	8.837	-	8.837	14.820	
Móveis e utensílios	588	-	588	689	
	<b>10.053</b>	<b>-</b>	<b>10.053</b>	<b>15.654</b>	
Terrenos	4.249	-	4.249	4.249	
Veículos	283	-	283	81	
	<b>4.715.645</b>	<b>(867.074)</b>	<b>3.848.571</b>	<b>4.005.482</b>	
(-) Obrigações vinculadas à concessão (vide Nota 18)	(6.942)	243	(6.699)	(6.748)	
	<b>4.708.703</b>	<b>(866.831)</b>	<b>3.841.872</b>	<b>3.998.734</b>	

### b) Movimentação do ativo imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2011	Adições	Deprec.	Baixas	Reclass. e transf.	Valor líquido em 30/09/2012
Terrenos	215.246	-	-	-	-	215.246
Reservatórios, barragens e adutoras	3.027.403	501	(116.375)	-	(44.975)	2.866.554
Edificações, obras civis e benfeitorias	361.393	138	(14.695)	-	(2.136)	344.700
Máquinas e equipamentos	594.407	7.099	(32.542)	(1.846)	51.099	618.217
Veículos	2.625	1.348	(616)	(53)	-	3.304
Móveis e utensílios	5.083	397	(263)	(4)	(3.988)	1.225
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	<b>4.005.482</b>	<b>9.483</b>	<b>(164.491)</b>	<b>(1.903)</b>	<b>-</b>	<b>3.848.571</b>
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(6.748)	(8)	78	-	(21)	(6.699)
	<b>3.998.734</b>	<b>9.475</b>	<b>(164.413)</b>	<b>(1.903)</b>	<b>(21)</b>	<b>3.841.872</b>

### c) Contrato de Concessão

								Concessões em 30/09/2012	
Contrato de Concessão					Potência Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	Início da Concessão	Vencimento Concessão	
ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio					
76/1999	Jurumirim	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	101	47	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Chavantes	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	414	172	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Salto Grande	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	73	55	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Capivara	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	619	330	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Taquaruçu	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	525	201	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Rosana	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	354	177	22/09/1999	21/09/2029	
183/1998	Canoas I	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	83	57	30/07/1998	29/07/2033	
183/1998	Canoas II	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	72	48	30/07/1998	29/07/2033	
					<b>2.241</b>	<b>1.087</b>			

#### 10.1. Expansão 15%

A Companhia informa que a Ação de Obrigação de Fazer movida pelo Estado de São Paulo referente à expansão de 15% da sua capacidade instalada tramita em segredo de justiça.

As notas explicativas 10.1, 10.2, 10.3 e 10.4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011 descrevem informações relacionadas ao imobilizado. Mais especificamente, essas notas tratam, respectivamente, da adoção do custo atribuído, das taxas de depreciação utilizadas, dos bens vinculados à concessão e dos contratos de concessão. Essas informações permanecem válidas para as ITR.

### 11. INTANGÍVEL

O saldo em 30 de setembro de 2012 é constituído por direitos de uso de *software*, servidão de passagem e pela Utilização do Bem Público - UBP.

#### a) Movimentação intangível

	30/09/2012		31/12/2011		Taxa média anual de amortização
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
<b>Em serviço</b>					
UBP	53.494	(21.588)	31.906	33.284	3%
Software	21.022	(18.888)	2.134	3.569	9%
Servidão de passagem	75	-	75	75	
	<b>74.591</b>	<b>(40.476)</b>	<b>34.115</b>	<b>36.928</b>	
<b>Em curso</b>					
Software	1.484	-	1.484	798	
	<b>76.075</b>	<b>(40.476)</b>	<b>35.599</b>	<b>37.726</b>	
(-) Obrigações vinculadas à concessão (vide Nota 18)	(320)	69	(251)	(299)	
	<b>75.755</b>	<b>(40.407)</b>	<b>35.348</b>	<b>37.427</b>	

## b) Movimentação intangível

	<u>Valor líquido em 31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortiz.</u>	<u>Reclass. e transf.</u>	<u>Valor líquido em 30/09/2012</u>
UBP	33.284	-	(1.378)	-	31.906
Software	4.367	686	(1.435)	-	3.618
Servidão de passagem	75	-	-	-	75
	<b>37.726</b>	<b>686</b>	<b>(2.813)</b>	<b>-</b>	<b>35.599</b>
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(299)	-	27	21	(251)
	<b>37.427</b>	<b>686</b>	<b>(2.786)</b>	<b>21</b>	<b>35.348</b>

## 12. FORNECEDORES

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Suprimento de energia elétrica	3.237	72
Materiais e serviços	5.073	5.158
Encargos de uso da rede elétrica		
Tust	7.700	7.630
Encargos de conexão	16	16
	<b>16.026</b>	<b>12.876</b>
Tusd-g	1.125	50.709
(-) Depósito judicial ref. Tusd-g	-	(42.846)
	<b>1.125</b>	<b>7.863</b>
	<b>17.151</b>	<b>20.739</b>

Não ocorreram novos eventos referentes à discussão judicial da revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd-g, sendo que a Companhia efetuou as últimas parcelas dos depósitos judiciais no primeiro trimestre de 2012, cujo montante atualizado em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 47.131 (R\$ 42.846 em 31 de dezembro de 2011). O passivo é apresentado líquido dos depósitos judiciais e foi transferido do passivo circulante para o passivo não circulante no segundo trimestre de 2012, cujo montante líquido em 30 de setembro de 2012 é R\$ 2.841.

Vide comentários adicionais na Nota 12 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

## 13. PARTES RELACIONADAS

### 13.1. Transações e saldos

A Companhia possui contratos de compartilhamento de despesas com as empresas ligadas DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda (“DEB”) e com a Duke Energy International, Brasil Ltda (“Duke Brasil”). Os valores estimados destes contratos para o ano de 2012 são de R\$ 3.570 e de R\$ 660 respectivamente. O saldo a receber de partes relacionadas em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 409 (R\$ 847 em 31 de dezembro de 2011), sendo que, deste montante, R\$ 15 (R\$ 49 em 31 de dezembro de 2011) referem-se a pequenas despesas a serem reembolsadas pela Duke Brasil.

Nas circunstâncias em que clientes da Companhia necessitam de garantias em operações comerciais, a Duke Brasil fornece essas garantias em nome da Companhia, cujo montante em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 114.943 (R\$ 106.497 em 30 de setembro de 2011). As demais transações relevantes com partes relacionadas referem-se à distribuição dos dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital.

Vide comentários adicionais na Nota 13.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

### 13.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Resultou aprovada em AGO, realizada em 27 de abril de 2012, o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R\$ 9.900 para 2012, sendo distribuído da seguinte forma: (a) R\$ 3.000 para o Conselho de Administração; (b) R\$ 6.000 para a Diretoria e (c) R\$ 900 para o Conselho Fiscal.

Segue detalhamento da remuneração relacionada às pessoas chaves da Administração:

	<u>01/07/2012 a</u> <u>30/09/2012</u>	<u>01/01/2012 a</u> <u>30/09/2012</u>	<u>01/07/2011 a</u> <u>30/09/2011</u>	<u>01/01/2011 a</u> <u>30/09/2011</u>
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	1.552	4.526	1.401	3.966
Benefícios pós-emprego	49	136	44	122
	<b>1.601</b>	<b>4.662</b>	<b>1.445</b>	<b>4.088</b>
Remuneração baseada em ações	-	101	-	197
	<b>1.601</b>	<b>4.763</b>	<b>1.445</b>	<b>4.285</b>

Alguns administradores da Companhia são elegíveis ao Programa de Incentivo de Longo Prazo (*Long Term Incentive Program* – LTI), estabelecido pela Duke Energy Corporation e composto por ações da controladora indireta (a Companhia não possui plano local envolvendo suas ações).

No período findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia reconheceu como despesas relativas ao plano baseado em ações da controladora o montante de R\$ 101 (R\$ 197 em 2011).

## 14. DEBÊNTURES

### 14.1. Composição e vencimento das debêntures

#### a) Composição

Emissão	Série	Principal + Encargos em			
		30/09/2012		31/12/2011	
		Não Circulante		Não Circulante	
1ª Emissão	Série 1	62.029	-	66.719	62.053
1ª Emissão	Série 2	30.619	81.711	3.352	108.124
2ª Emissão	Única	175.593	420.443	20.085	550.917
3ª Emissão	Única	2.782	149.367	-	-
		<b>271.023</b>	<b>651.521</b>	<b>90.156</b>	<b>721.094</b>

## b) Vencimento

	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>Total</u>
Não circulante	36.555	232.264	232.897	74.805	75.000	651.521

### 14.2. Terceira emissão de debêntures

Em 10 de janeiro de 2012, a Companhia procedeu com a captação de R\$ 150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 3ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, da espécie quirografária, no mercado local, coordenada pelo Banco BTG Pactual S.A. (coordenador líder) as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, sob o regime de garantia firme de colocação para o valor total da emissão, destinadas exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM nº 476/2009.

A oferta foi emitida com base nas deliberações: (i) da Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia realizada em 27 de dezembro de 2011, cuja ata foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP em 04 de janeiro de 2012; sob o nº 22.800/12-8 (ii) da Reunião do Conselho Fiscal – RCF realizada em 30 de novembro de 2011 que emitiu parecer favorável à captação de recursos através da terceira emissão de debêntures; (iii) das Reuniões do Conselho de Administração – RCA da Companhia realizadas em 22 de novembro de 2011 e 09 de dezembro de 2011, cujas atas foram arquivadas na JUCESP em 02 de janeiro de 2012, sob o nº 21.836/12-7 e em 03 de janeiro de 2012, sob o nº 21.881/12-1, respectivamente, que aprovaram proposta apresentada pelo Banco BTG Pactual S.A. na 189ª Reunião de Diretoria, realizada em 17 de novembro de 2011 e arquivada na JUCESP em 02 de janeiro de 2012, sob o nº 21.835/12-3, para captação de recursos pela Companhia. Todas as atas das deliberações supracitadas foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 28 de dezembro de 2011.

Os recursos líquidos, obtidos da captação de R\$ 150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) foram integralmente destinados ao refinanciamento do valor principal e juros incidentes sobre a segunda e terceira amortizações da primeira série da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.”, celebrado em 15 de setembro de 2008 entre a Companhia e Planner Trustee DTVM Ltda.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 – Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

As cláusulas restritivas (“*covenants*”) previstas na escritura de terceira emissão das debêntures são similares às constantes na escritura de primeira e segunda emissões (vide Nota 14.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011).

A emissão foi realizada em série única, composta por 15.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10 (dez mil reais) e prazo de vencimento em 5 (cinco) anos.

O valor nominal de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente e sobre o saldo devedor do valor nominal de cada uma das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada do CDI, acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,15% a.a.

Vide comentários adicionais na Nota 14.2 e 14.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

## 15. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Circulante	2.365	3.521
Não circulante	7.795	8.432
	<u><u>10.160</u></u>	<u><u>11.953</u></u>

Vide comentários adicionais na Nota 15 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

## 16. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012, não ocorreram mudanças nas premissas utilizadas nas avaliações atuariais.

No quadro a seguir, encontra-se demonstrada a despesa apurada e reconhecida no período (vide Nota 24):

	<u>01/07/2012 a</u> <u>30/09/2012</u>	<u>01/01/2012 a</u> <u>30/09/2012</u>	<u>01/07/2011 a</u> <u>30/09/2011</u>	<u>01/01/2011 a</u> <u>30/09/2011</u>
Custo do serviço corrente	545	1.635	589	1.767
Juros sobre obrigação atuarial	3.825	11.475	3.623	10.869
Rendimento esperado do ativo do plano	(5.930)	(17.790)	(5.134)	(15.402)
Contribuições dos empregados	(171)	(513)	(161)	(483)
	<u><u>(1.731)</u></u>	<u><u>(5.193)</u></u>	<u><u>(1.083)</u></u>	<u><u>(3.249)</u></u>

Vide Nota 16 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011, que descrevem as situações dos planos e as premissas utilizadas para o cálculo atuarial.

## 17. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, vem efetuando provisões em valores considerados suficientes para cobrir as perdas e obrigações em potencial, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais e regulatórias.

Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas trabalhistas, fiscais, ambientais e regulatórias, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir.

Os depósitos judiciais, apresentados de forma dedutiva, referem-se aos depósitos com provisões para riscos trabalhistas e fiscais sendo que os demais depósitos são demonstrados em nota específica (vide Nota 9).

### 17.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

#### Composição

Processos				30/09/2012	31/12/2011
	Valor atualizado	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	5.835	5.835	(1.609)	4.226	5.789
Fiscais	12.096	12.096	(604)	11.492	9.681
Ambientais	2.799	2.799	-	2.799	2.769
	<b>20.730</b>	<b>20.730</b>	<b>(2.213)</b>	<b>18.517</b>	<b>18.239</b>

#### Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	5.789	9.681	2.769	18.239
Provisões no período	1.724	1.762	-	3.486
Reversões no período	(1.629)	-	-	(1.629)
	<b>95</b>	<b>1.762</b>	<b>-</b>	<b>1.857</b>
Atualizações no período	(81)	653	101	673
Depósitos judiciais	(638)	(604)	-	(1.242)
Pagamentos/acordos do período	(939)	-	(71)	(1.010)
	<b>(1.658)</b>	<b>49</b>	<b>30</b>	<b>(1.579)</b>
<b>Total da movimentação no período</b>	<b>(1.563)</b>	<b>1.811</b>	<b>30</b>	<b>278</b>
Saldo em 30 de setembro de 2012	<b>4.226</b>	<b>11.492</b>	<b>2.799</b>	<b>18.517</b>

#### a) Trabalhistas

Em 30 de setembro de 2012, as contingências trabalhistas líquidas somam R\$ 4.226 (R\$ 5.789 em 31 de dezembro de 2011), referem-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo horas extras, periculosidade, equiparação salarial, vínculo empregatício, entre outras.

As baixas do período referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e mediante celebração de acordos judiciais. As constituições referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia.

#### b) Fiscais

Em 30 de setembro de 2012, as provisões para riscos fiscais com expectativa de perda provável são referentes:

- i. Auto de infração referente à destinação para incentivo fiscal do Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam dos recolhimentos do imposto sobre lucro inflacionário, efetuados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2000. A Companhia protocolou o processo administrativo nº 11831.000528/02-92 junto à Receita Federal, que julgou procedente os recolhimentos dos meses de janeiro e fevereiro, permanecendo provisionado o montante relativo a março de 2000 no montante de R\$ 2.451 (R\$ 2.394 em 31 de dezembro de 2011);
- ii. Processo administrativo nº 10880.723970/2001-33, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de COFINS do ano de 2004. Foi apresentada Manifestação de Inconformidade em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que, atualizados para setembro de 2012, totalizam R\$ 7.740 (R\$ 7.287 em 31 de dezembro de 2011);
- iii. Processo administrativo nº 16349.720107/2011-38, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de COFINS do ano de 2001. Foi apresentada Manifestação de Inconformidade em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que, atualizados para setembro de 2012, totalizam R\$ 554;
- iv. Mandado de Segurança Preventivo nº 2006.61.00.012067-7 impetrado pela Companhia visando obtenção de liminar para que o Delegado da Receita Federal em São Paulo se abstenha de exigir quaisquer penalidades, inclusive multa moratória, sobre os débitos de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF (2006) quitados, através de denúncia espontânea. Em agosto de 2012, o Superior Tribunal de Justiça não admitiu o processamento de Recurso Especial interposto pela Companhia, fato que ocasionou a necessidade de reavaliação de risco. O valor atualizado do débito, para setembro de 2012, totaliza R\$ 747 e;
- v. Mandado de Segurança nº 0900033-03.2005.4.03.6100 impetrado pela Companhia visando afastar a incidência da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE, imposta pela Lei nº 10.168/02, e posteriores alterações, sobre os pagamentos efetuados ao exterior em razão de contrato firmado para prestação de serviços de consultoria financeira. Em julho de 2012, foi proferida decisão desfavorável à Companhia pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, fato que ocasionou a necessidade de reavaliação de risco. O valor atualizado do débito, para setembro de 2012, totaliza R\$ 604. Esta provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito judicial (vide Nota 9).

### **c) Ambientais**

Em 30 de setembro de 2012, as provisões relativas aos riscos ambientais com expectativas de perda provável são referentes:

- i. Ação para compensação de impactos ambientais movida pelo Município de Santo Inácio no montante atualizado de R\$ 2.360 (R\$ 2.275 em 31 de dezembro de 2011);
- ii. Ações movidas por pescadores referentes a danos ambientais no montante de R\$ 362 (R\$ 346 em 31 de dezembro de 2011) e;
- iii. Provisão para compensação de impactos ambientais referente a terreno localizado no Município de Pederneiras no montante de R\$ 77 (R\$ 148 em 31 de dezembro de 2011).

## 17.2. Contingências possíveis

<u>Processos</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Trabalhistas	11.612	10.138
Fiscais	42.811	39.976
Ambientais	30.080	53.007
Regulatórias	43.120	16.371
	<u>127.623</u>	<u>119.492</u>

### a) Trabalhistas

Em 30 de setembro de 2012, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 11.612 (R\$ 10.138 em 31 de dezembro de 2011).

### b) Fiscais

Em 30 de setembro de 2012, as principais contingências fiscais com expectativa de perda possível são:

- i. Mandado de Segurança nº 2004.61.00.025355-3, impetrado em face do Delegado da Receita Federal de Administração Tributária em São Paulo, visando à concessão de liminar/segurança para ser reconhecido o direito da Companhia de, por força de denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN, não se sujeitar à multa de mora na quitação de seus débitos de PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IOF mediante pagamentos e compensações. Débitos com exigibilidade suspensa por depósitos judiciais e perda possível avaliada em R\$ 6.003 (R\$ 5.470 em 31 de dezembro de 2011);
- ii. Autos de infração referentes à aplicação de multa por suposta falta de emissão de documentos fiscais relativos à Usina de Canoas II, nos anos base de 2001 a 2005. A Companhia protocolou processos administrativos junto à Fazenda Estadual do Paraná. Todos os processos estão aguardando decisão definitiva na esfera administrativa, no montante de R\$ 8.882 (R\$ 8.502 em 31 de dezembro de 2011);
- iii. Processos Administrativos originados de pedidos de restituição de saldo negativo de tributos (IRPJ, IRRF e CSLL). Em todos os casos a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais aguardam julgamento. Valor classificado como possível de R\$ 11.933 (R\$ 11.475 em 31 de dezembro de 2011) e;
- iv. Processos administrativos oriundos de pedidos de compensação de tributos pagos a maior pela Companhia (CSLL, IRPJ e COFINS), no montante de R\$ 13.521 (R\$ 10.851 em 31 de dezembro de 2011).

### c) Ambientais

Em 30 de setembro de 2012, as contingências ambientais com expectativas de perda possível referem-se a Autos de Infração lavrados pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, relativos a supostas infrações ambientais ocorridas nas Usinas Chavantes, Canoas I, Canoas II, Taquaruçu e Capivara. A Companhia apresentou recursos administrativos e ajuizou ações judiciais visando declarar a nulidade das multas. Em um dos recursos administrativos apresentados, a Companhia obteve decisão parcialmente favorável, ocasionado redução do valor classificado como perda possível.

O valor atualizado para setembro de 2012 é de R\$ 30.080 (R\$ 53.007 em 31 de dezembro de 2011).

#### d) Regulatórias

Em 30 de setembro de 2012, as principais contingências regulatórias com expectativa de perda possível são:

- i. Em 2008, a Companhia ingressou com ação judicial contra a cobrança de tarifas de transmissão decorrentes de duas resoluções da Aneel. As resoluções impunham às empresas geradoras de energia, localizadas no Estado de São Paulo, tarifas de transmissão retroativas em razão da utilização do sistema de transmissão de energia elétrica. Por conta da recusa da Companhia em pagar os valores em disputa na ação, em 2009 a Aneel impôs uma multa no valor atual de R\$ 18.664, classificado como perda possível (R\$ 16.371 em 31 de dezembro de 2011) e;
- ii. Em 2002, uma distribuidora de energia elétrica ingressou com ação judicial visando não se sujeitar a aplicação retroativa da Resolução 288 da Aneel. A Companhia pode ser impactada por eventual decisão favorável à distribuidora e o valor atualizado em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 24.456.

### 18. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provenientes do ativo imobilizado (vide Nota 10)		
Reserva global de reversão - RGR	4.947	4.947
Doações de equipamentos - ONS	1.588	1.632
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	164	169
	<u>6.699</u>	<u>6.748</u>
Provenientes do ativo intangível (vide Nota 11)		
P&D - <i>Software</i>	251	299
	<u>6.950</u>	<u>7.047</u>

Vide comentários adicionais na Nota 18 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

### 19. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher decorrentes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	<u>30/09/2012</u>		<u>31/12/2011</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	10.833	-	9.898	-
Taxa de fiscalização da Aneel	373	-	358	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	6.921	14.970	5.955	13.590
	<u>18.127</u>	<u>14.970</u>	<u>16.211</u>	<u>13.590</u>

Vide comentários adicionais na Nota 19 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 20.1. Capital social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.355.580, sendo R\$ 785.193 em ações ordinárias e R\$ 1.570.387 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.339.138 (R\$ 1.639.138 em 31 de dezembro de 2011) dividido em 94.433.283 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentas e setenta e sete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 62.955.522 (sessenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

Acionistas	Posição Acionária em 30/09/2012 em milhares de ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Duke Energy Internat. Brasil Ltda.	31.181	99,06	57.850	91,89	89.031	94,28
Duke Energy Internat. Brazil Holdings Ltd.	-	-	735	1,17	735	0,78
Cia Metropolitana de São Paulo	-	-	1.324	2,10	1.324	1,40
Demais pessoas físicas e jurídicas	297	0,94	3.046	4,84	3.343	3,54
	<b>31.478</b>	<b>100,00</b>	<b>62.955</b>	<b>100,00</b>	<b>94.433</b>	<b>100,00</b>

A redução de capital de R\$ 300.000, aprovada pela Aneel através do despacho nº 107 em 13 de janeiro de 2012 e em AGE de 21 de maio de 2012, foi paga aos acionistas da Companhia em 10 de agosto de 2012 após transcorrido o prazo de 60 dias (sessenta dias) de oposição de credores, previsto no parágrafo 2º do art. 174 da Lei nº 6.404/1976, sem a incidência de correção sobre o valor creditado aos acionistas entre a data de deliberação da AGE e o efetivo crédito aos acionistas. A redução de capital não acarreta no cancelamento de quaisquer ações ordinárias ou preferenciais representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, ademais, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia.

As ações preferenciais possuem as seguintes características:

- i. Prioridade de reembolso no capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da sociedade;
- ii. Dividendo prioritário, não cumulativo, de 10% a.a. calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;
- iii. Direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no Art. 254-A da Lei nº 6.404/76;
- iv. Direito de indicar um membro do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- v. Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias;
- vi. Não terão direito a voto e serão irredimíveis, enquanto cada ação ordinária nominativa terá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

## 20.2. Reservas de capital

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ágio na subscrição de ações	468	468
Conta cisão	(6.418)	(6.418)
Ágio na incorporação de sociedade controladora	103.838	103.838
Pagamento baseado em ações	1.543	1.442
	<u><b>99.431</b></u>	<u><b>99.330</b></u>

Ágio na incorporação de sociedade Controladora – De acordo com a Instrução CVM nº 319/99 e Resolução Aneel nº 28/02, a Companhia foi autorizada a realizar a incorporação de sua Controladora Duke Sudeste, nos termos do Laudo de Avaliação de consultoria independente.

## 20.3. Reservas de lucros

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de Reserva de Lucros no montante de R\$ 71.863 (R\$ 71.863 em 31 de dezembro de 2011) é constituído exclusivamente pela Reserva Legal que tem por objetivo assegurar a integridade do capital social da Companhia, nos moldes do Art. 193 da Lei nº 6.404/76.

## 20.4. Lucros acumulados

Adicionalmente ao lucro líquido do período, a rubrica Lucros Acumulados apresenta movimentação em decorrência da realização do custo atribuído ao imobilizado, em consonância com o ICPC 10, além dos impostos diferidos incidentes sobre o mesmo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

O saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2011 foi integralmente destinado, em consonância com a Lei nº 11.638/07 e CPC 47.

O lucro líquido do período reduzido em 5% referente à reserva legal e acrescido dos ajustes mencionados anteriormente, são base para apuração da distribuição de dividendos.

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro líquido no período	246.592	281.261
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	78.611	112.071
Imposto diferido sobre a realização de avaliação patrimonial	<u>(26.728)</u>	<u>(38.104)</u>
	<b>298.475</b>	<b>355.228</b>
Destinação		
Dividendos intermediários	-	(144.286)
Juros sobre capital próprio	-	(98.211)
Dividendos	-	(98.668)
Reserva legal	-	(14.063)
	<u>-</u>	<u><b>(355.228)</b></u>
	<u><b>298.475</b></u>	<u><b>-</b></u>

## 20.5. Ajustes de avaliação patrimonial

	<u>Custo atribuído</u>	<u>Plano de pensão</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>1.007.829</b>	<b>7.105</b>	<b>1.014.934</b>
Depreciação	(77.400)	-	(77.400)
Baixas	(1.211)	-	(1.211)
<b>Efeito de depreciação/baixas</b>	<b>(78.611)</b>	<b>-</b>	<b>(78.611)</b>
IRPJ/CSLL diferidos	26.728	-	26.728
Plano de pensão e aposentadoria	-	(5.615)	(5.615)
IRPJ/CSLL diferidos	-	1.909	1.909
<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>(51.883)</b>	<b>(3.706)</b>	<b>(55.589)</b>
<b>Saldo em 30/09/2012</b>	<b><u>955.946</u></b>	<b><u>3.399</u></b>	<b><u>959.345</u></b>

Vide comentários adicionais na Nota 20.7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

## 20.6. Dividendos e Juros sobre capital próprio – JSCP

### a) Composição de dividendos e JSCP a pagar

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Dividendos	-	98.668
Juros sobre capital próprio	68	83.611
Redução de capital	103	-
Dividendos em custódia	904	840
	<b><u>1.075</u></b>	<b><u>183.119</u></b>

### b) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano far-se-á semestralmente, em assembleia geral, ou em períodos inferiores, caso o Conselho de Administração delibere a distribuição de dividendos trimestrais ou intermediários. Caberá à assembleia geral deliberar, até 31 de outubro de cada ano, sobre a distribuição de dividendos baseados nos resultados apurados no balanço semestral de 30 de junho, conforme estipulado no Estatuto Social, respeitado o disposto no parágrafo 3º do Art. 205 da Lei nº 6.404/76.

O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos trimestrais, com base em balanço especial levantado para esse fim, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre civil não exceda o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do Art. 182 da Lei nº 6.404/76.

Mediante deliberação do Conselho de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral já aprovado pela Assembleia Geral.

Antes da distribuição dos dividendos serão deduzidos 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

Após a dedução para a reserva legal, os lucros líquidos distribuir-se-ão na seguinte ordem:

- i. dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações preferenciais, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;
- ii. dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações ordinárias, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações; e
- iii. distribuição do saldo remanescente às ações ordinárias e preferenciais, em igualdade de condições.

## 20.7. Pagamento baseado em ações

Vide comentários adicionais na Nota 20.6 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

## 21. RECEITA LÍQUIDA

	<u>01/07/2012 a</u> <u>30/09/2012</u>	<u>01/01/2012 a</u> <u>30/09/2012</u>	<u>01/07/2011 a</u> <u>30/09/2011</u>	<u>01/01/2011 a</u> <u>30/09/2011</u>
<b>Suprimento de energia elétrica</b>				
Contratos bilaterais	186.211	539.367	165.252	470.700
Contratos de leilões	97.381	287.988	94.702	276.670
Spot	7.008	79.782	4.647	26.546
MRE	8.912	12.787	2.961	5.677
	<b>299.512</b>	<b>919.924</b>	<b>267.562</b>	<b>779.593</b>
Outras receitas	14	42	13	35
	<b>299.526</b>	<b>919.966</b>	<b>267.575</b>	<b>779.628</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>				
PIS e COFINS	(24.608)	(73.935)	(22.234)	(64.998)
ICMS	(1.232)	(3.642)	(1.485)	(6.638)
P&D	(2.721)	(8.383)	(2.055)	(6.650)
	<b>(28.561)</b>	<b>(85.960)</b>	<b>(25.774)</b>	<b>(78.286)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>270.965</b>	<b>834.006</b>	<b>241.801</b>	<b>701.342</b>

## 22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A seguir, detalhamento dos custos e despesas operacionais por natureza:

Despesas/(receitas) operacionais	01/07/2012 a 30/09/2012			01/07/2011 a 30/09/2011
	Custo da energia vendida	Despesas gerais e adm.	Total	Total
Pessoal	9.463	7.119	16.582	14.281
Material	1.026	47	1.073	1.055
Serviços de terceiros	6.829	4.207	11.036	8.829
Taxa de fiscalização da Aneel	1.118	-	1.118	1.074
Energia comprada para revenda	5.947	-	5.947	301
Encargos de uso da rede elétrica	20.832	-	20.832	20.706
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	16.352	-	16.352	13.258
Depreciação e amortização	55.059	580	55.639	57.687
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	376	1.545	1.921	7.431
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	722	722	44
Arrendamentos e aluguéis	5	866	871	830
Seguros	945	-	945	643
Outras	218	2.660	2.878	2.634
	<b>118.170</b>	<b>17.746</b>	<b>135.916</b>	<b>128.773</b>

  

Despesas/(receitas) operacionais	01/01/2012 a 30/09/2012			01/01/2011 a 30/09/2011
	Custo da energia vendida	Despesas gerais e adm.	Total	Total
Pessoal	25.768	21.258	47.026	40.571
Material	2.696	90	2.786	2.638
Serviços de terceiros	16.181	13.708	29.889	25.139
Taxa de fiscalização da Aneel	3.356	-	3.356	3.223
Energia comprada para revenda	14.146	-	14.146	1.257
Encargos de uso da rede elétrica	61.907	-	61.907	56.995
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	44.452	-	44.452	38.500
Depreciação e amortização	165.364	1.835	167.199	173.106
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	63	1.794	1.857	10.216
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(3.888)	(3.888)	2.907
Arrendamentos e aluguéis	3	2.612	2.615	2.397
Seguros	2.778	-	2.778	1.927
Outras	691	6.074	6.765	6.421
	<b>337.405</b>	<b>43.483</b>	<b>380.888</b>	<b>365.297</b>

## 23. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA E COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

### 23.1. Energia elétrica vendida

<i>Suprimento</i>	01/07/2012 a 30/09/2012		01/07/2011 a 30/09/2011	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	1.273.732	186.211	1.205.647	165.252
Contratos de leilões	996.424	97.381	1.025.342	94.702
Spot	87.244	7.008	280.519	4.647
MRE	933.336	8.912	334.195	2.961
	<b>3.290.736</b>	<b>299.512</b>	<b>2.845.703</b>	<b>267.562</b>

<i>Suprimento</i>	01/01/2012 a 30/09/2012		01/01/2011 a 30/09/2011	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	3.720.644	539.367	3.440.020	470.700
Contratos de leilões	2.996.021	287.988	3.059.643	276.670
Spot	868.492	79.782	1.134.726	26.546
MRE	1.339.727	12.787	637.278	5.677
	<b>8.924.884</b>	<b>919.924</b>	<b>8.271.667</b>	<b>779.593</b>

(\*) Não revisado pelos auditores independentes.

A tabela a seguir resume os volumes em MW de Energia Assegurada contratadas/expectativa de realização de contratos pela Companhia no Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulada – ACR em 30 de setembro de 2012.

	MW (*)	
	2012	2013
Energia disponível para venda	1.010	1.005
<b>ACR</b>	<b>463</b>	<b>268</b>
2005 (8 anos)	195	-
2006 (8 anos)	54	54
2007 (8 anos)	214	214
<b>ACL</b>	<b>545</b>	<b>706</b>
Contratos bilaterais com consumidores livres	545	706
<b>Subtotal</b>	<b>1.008</b>	<b>974</b>
Energia livre para contratação	2	31
Percentual de energia contratada	99,8%	96,9%

(\*) Não revisado pelos auditores independentes.

### 23.2. Energia elétrica comprada para revenda

	01/07/2012 a 30/09/2012		01/07/2011 a 30/09/2011	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Energia comprada - Bilateral	44.160	4.022	-	-
Energia comprada - Spot	10.317	1.925	-	301
	<b>54.477</b>	<b>5.947</b>	<b>-</b>	<b>301</b>

	01/01/2012 a 30/09/2012		01/01/2011 a 30/09/2011	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Energia comprada - Bilateral	131.540	11.979	-	-
Energia comprada - Spot	10.317	2.131	-	687
Energia comprada - MRE	3.137	36	63.168	570
	<b>144.994</b>	<b>14.146</b>	<b>63.168</b>	<b>1.257</b>

(\*) Não revisado pelos auditores independentes

Em decorrência da adequação do lastro durante o ano de 2012, efetuou-se compra de energia (Energia comprada – Bilateral) no período.

Durante o ano de 2012, a Companhia registrou uma despesa de compra de energia no mercado Spot no montante de R\$ 2.131 (R\$ 687 em 30 de setembro de 2011), sendo que R\$ 1.925 referem-se à exposição no mercado de curto prazo em setembro de 2012, cujo volume é de 10.317 MWh e R\$ 206 referem-se ao processo de recontabilização promovido pela CCEE, para o qual os volumes de energia correspondentes não são discriminados.

### 23.3. Encargos de uso da rede elétrica

	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012	01/07/2011 a 30/09/2011	01/01/2011 a 30/09/2011
Tust	17.525	51.940	17.433	47.560
Tusd-g	3.271	9.859	3.227	9.335
Encargos de conexão	36	108	46	100
	<b>20.832</b>	<b>61.907</b>	<b>20.706</b>	<b>56.995</b>

Vide Nota 23.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício 2011

## 24. RESULTADO FINANCEIRO

	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012	01/07/2011 a 30/09/2011	01/01/2011 a 30/09/2011
<b>Receitas</b>				
Aplicações financeiras	7.204	26.313	7.655	22.578
Receitas plano de pensão (vide Nota 16)	1.731	5.193	1.083	3.249
Variações monetárias				
Depósitos judiciais	24	81	21	49
Outras	962	2.843	1.265	2.583
Juros sobre RTE	-	261	168	444
Juros e descontos obtidos	223	1.184	87	1.518
	<b>10.144</b>	<b>35.875</b>	<b>10.279</b>	<b>30.421</b>
<b>Despesas</b>				
Juros debêntures	(23.047)	(70.380)	(22.129)	(65.777)
Variações monetárias				
Debêntures	(21.585)	(39.716)	(4.462)	(27.632)
Tusd-g	(943)	(3.137)	(1.689)	(5.086)
Provisão p/riscos fiscais, trabalh. e ambientais	(284)	(754)	(35)	(164)
Outras	(577)	(1.455)	(325)	(1.615)
Despesas financeiras CCEE	-	-	-	(148)
Outras despesas financeiras	(168)	(795)	(100)	(1.149)
	<b>(46.604)</b>	<b>(116.237)</b>	<b>(28.740)</b>	<b>(101.571)</b>
	<b>(36.460)</b>	<b>(80.362)</b>	<b>(18.461)</b>	<b>(71.150)</b>

## 25. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012	01/07/2011 a 30/09/2011	01/01/2011 a 30/09/2011
<b>Numerador</b>				
<b>Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia</b>				
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	43.312	164.395	41.149	116.723
Lucro disponível aos acionistas ordinários	21.656	82.197	20.574	58.361
	<b>64.968</b>	<b>246.592</b>	<b>61.723</b>	<b>175.084</b>
<b>Denominador</b>				
Média ponderada de número de ações preferenciais	62.955	62.955	62.955	62.955
Média ponderada de número de ações ordinárias	31.478	31.478	31.478	31.478
	<b>94.433</b>	<b>94.433</b>	<b>94.433</b>	<b>94.433</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>				
Ação preferencial	<b>0,68797</b>	<b>2,61128</b>	<b>0,65363</b>	<b>1,85407</b>
Ação ordinária	<b>0,68797</b>	<b>2,61128</b>	<b>0,65360</b>	<b>1,85404</b>

## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da Companhia compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados “contratos bilaterais”, assinados em período posterior ao da privatização da Companhia, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos (faltas ou sobras) são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia estão descritos na Nota 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia, através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

### Instrumentos financeiros no balanço patrimonial:

a) Aplicações no mercado aberto em renda fixa, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, realizáveis por prazos inferiores a 90 dias e que estão reconhecidas contabilmente pelo valor de rentabilidade ofertado no mercado.

b) Debêntures (vide Nota 14).

	30/09/2012		31/12/2011	
	Valor Contábil	Valor a Mercado	Valor Contábil	Valor a Mercado
Debêntures	922.544	1.037.327	811.250	940.651

A Companhia não realizou operações com derivativos nestes períodos, assim como não possui operações com derivativos na data destas demonstrações contábeis. Também não há exposição a variações cambiais e em moeda estrangeira, por não possuir saldos relevantes em moeda estrangeira nesta data.

## 27. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Descrição	Cobertura em R\$ milhares	
	30/09/2012	31/12/2011
Danos Materiais e Lucros Cessantes	914.200	825.500
Responsabilidade Civil (Concessionária)	9.142	8.255

## **28. EVENTO SUBSEQUENTE**

### **28.1. Dividendos**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2012, resultou aprovada a proposta da Administração da Companhia quanto à distribuição de dividendos intermediários baseados nos resultados apurados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao primeiro semestre do exercício de 2012, no montante global de R\$ 206.814 (duzentos e seis milhões, oitocentos e treze mil, seiscentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos), a ser debitado integralmente à conta de lucro líquido do respectivo exercício, e alocado às ações preferenciais ou ordinárias à razão de R\$ 2,190050242 por ação, em cumprimento ao disposto no item (ii) do Artigo 5º e no Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, sendo certo ainda que o total dos dividendos aprovados na Assembleia Geral Extraordinária será pago até o dia 31 de dezembro de 2012 e, portanto, sem que haja a incidência de correção sobre o valor a ser creditado aos acionistas entre a data de declaração, na AGE, e efetivo crédito aos Acionistas e deverá ser necessariamente considerado como adiantamento para fins do cômputo de aferição do dividendo prioritário fixo atribuível às ações preferenciais na Assembleia Geral Ordinária de 2013, conforme previsão estatutária e legal.

## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

### Conselho de Administração

Jairo de Campos  
Presidente

Andréa Elizabeth Bertone  
Membro Efetivo

Elizabeth Christina DeLaRosa  
Membro Efetivo

Maurício Lotufo Maudonnet  
Membro Efetivo

Gláucio João Agostinho  
Membro Efetivo

Paulo Nicácio Júnior  
Membro Suplente

### Diretoria Executiva

Armando de Azevedo Henriques  
Diretor Executivo Presidente

Angela Aparecida Seixas  
Diretora Executiva Financeira e de  
Controles Internos e Diretora Executiva  
de Relações com Investidores

Carlos Alberto Dias Costa  
Diretor Executivo de Operações

César Teodoro  
Diretor Executivo de Meio Ambiente,  
Saúde e Segurança

Jairo de Campos  
Diretor Executivo de Recursos Humanos,  
Administração, Compras e Informática

### Conselho Fiscal

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro  
Presidente do Conselho Fiscal

Marcelo Curti  
Conselheiro Efetivo

François Moreau  
Conselheiro Efetivo

Ary Waddington  
Conselheiro Suplente

Edmundo Falcão Koblitz  
Conselheiro Suplente

Marcello Joaquim Pacheco  
Conselheiro Suplente